



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ACTA Nº 1/2011

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2011

----- Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e onze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela sua Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente reunião os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro e Daniel Alexandre Pulquério Pinto. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS** -----

----- Nos termos do número 1 da alínea a) do Artigo 5º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Senhores Deputados João Pedro de Aleluia Sequeira e António Manuel da Silva Moreira, procedendo-se às respectivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e vinte e cinco minutos verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- **APROVAÇÃO DE ACTAS** -----

----- Foi colocada a discussão e votação a acta n.º 7/2010 referente à Sessão de Ordinária de 28 de Dezembro de 2010. -----

----- Aprovada a acta n.º 7/2010 por maioria de 32 votos a favor com 1 abstenção, justificada pelo Presidente da Junta de Freguesia da Vila da Marmeleira por não ter estado presente na sessão a que se refere a mesma. -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2.

----- **PONTO PRÉVIO** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Informou que foram entregues à Mesa uma proposta subscrita pela Deputada Municipal Carla Maria Pires Rodrigues e um voto de pesar com a indicação, sendo do acordo de todos, de ser votado pela Assembleia Municipal. -----

----- Foram lidos pelo 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal a proposta e o voto de pesar apresentados pelos Deputados Municipais (anexo 3). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Esclareceu que de acordo com o Regimento, após a leitura efectuada pela Mesa, os mesmos seriam discutidos nas intervenções e votados no final do período antes da ordem do dia. -----

----- Referiu ainda que, também de acordo com o regimento aprovado, cabe à Comissão Permanente a definição dos tempos e que pelo facto de apenas a partir do dia de hoje o poder fazer devem ser respeitados os tempos anteriormente atribuídos. -

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este ponto. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputada Carla Maria Pires Rodrigues -----

----- Deputado Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Deputado Jacinto Madeira Correia -----

----- Deputado Vítor António Duarte Santos -----

----- Deputado Albino da Piedade Ferreira -----

----- Deputado Mário Luís Nogueira Ramos -----

----- Presidente de Junta de Freguesia de Fráguas -----

----- Presidente de Junta de Freguesia da Ribeira de São João -----

----- Deputado Rui Miguel da Costa e Silva -----

----- Deputada Maria Inês Pereira Maurício -----

----- Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis -----

----- Presidente de Junta de Freguesia de São João da Ribeira -----

----- Presidente de Junta de Freguesia de Alcobertas -----

----- Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo -----

----- Presidente de Junta de Freguesia da Vila da Marmeleira -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que sendo uma das competências desta Assembleia Municipal deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para estudo dos problemas relacionados com as atribuições próprias da Câmara Municipal, propôs a constituição de uma comissão composta por membros de todas as bancadas parlamentares para conceber e apresentar posteriormente uma proposta realista de implementação de um processo de orçamento participativo no Município de Rio Maior, fomentando a participação activa dos munícipes nestes processos. -----

----- Propôs ainda que a Assembleia Municipal viesse propor à Câmara Municipal a constituição de uma comissão composta por membros de todas as bancadas parlamentares para conceber e apresentar a proposta realista de um processo de orçamento participativo no Município de Rio Maior que possa vir a ter já efeitos no orçamento de 2012. -----

----- Chamou ainda à atenção para o dia 8 de Março, dia Internacional da Mulher, e para uma temática recorrente, a da violência doméstica, que considerou um problema universal que atinge milhares de pessoas, muitas vezes de forma silenciosa e dissimulada. -----

----- Sugeriu que a Câmara Municipal se empenhe na divulgação deste tema, nomeadamente com a disponibilização de informação como sejam números apoio à vítima, contribuindo assim o incentivo à denúncia deste tipo de crime. -----

----- Por último, solicitou informação acerca do que tem sido feito pelo Executivo Municipal no âmbito da recomendação feita pela Assembleia Municipal no que respeita ao Microcrédito e à sua divulgação junto da população riomaiorense. -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Congratulou-se com a iniciativa de realizar o “Carnaval no Rio” destinado não só aos residentes mas também a todos aqueles que nos visitarão para assistir a este evento. -----

----- Referiu, no entanto, que a forma como são noticiados estes eventos pode ter uma interpretação insidiosa e acrescentou também que os critérios de atribuição de prémios se apresentam como extremamente complexos para uma criteriosa atribuição dos respectivos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Evidenciou ainda que não apreciou os títulos noticiosos referentes às reuniões da Câmara Municipal e aos assuntos tratados nas mesmas, chamando à atenção que destas situações ficam apenas exemplos menores que em nada dignificam órgãos e pessoas. -----

----- Questionou ainda o Executivo Municipal se não se estariam a banalizar as conferências de imprensa. -----

----- Deu ainda conta de uma situação passada na Biblioteca Municipal aquando de uma deslocação à mesma para que lhe fossem disponibilizados elementos, panfletos ou desdobráveis com informação relativa ao Concelho de Rio Maior, para dar a pessoas que lhos pediram e que andavam a organizar um álbum do país; a resposta que obteve foi que esta informação deveria ser solicitada através de requerimento escrito dirigido à Senhora Vereadora, o que não fez, por considerar que seria demasiado moroso face à informação que estava a solicitar. -----

----- Congratulou-se e apresentou os parabéns ao Executivo Municipal pela boa programação ao abrigo da Culturede. -----

----- **Deputado Jacinto Madeira Correia** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Questionou acerca do ponto de situação do problema existente no troço da EN 1 à entrada da Asseiceira, no cruzamento com a Ribeira de St.º André, situação já questionada várias vezes pelo próprio e pelo Presidente de Junta de Freguesia da Asseiceira. -----

----- Saliu que na sessão da Assembleia Municipal de 25 de Setembro de 2010 foi referido pelo Senhor Vice-Presidente que a situação estava a ser avaliada em conjunto com a Estradas de Portugal e segundo informações que lhe foram dadas à data, o assunto estava em condições de ser parcialmente resolvido e que as obras iriam avançar rapidamente. -----

----- Referiu que no entanto no momento actual a situação continua sem qualquer desenvolvimento, e que para tal poderão ser invocadas muitas razões de entre as quais a falta de verba. Declarou não entender o facto de não se conseguir verbas para a execução da obra necessária naquele troço e conseguir-se para a realização de festas, designadamente a passagem de ano, que rondou os vinte euros por pessoa, e o Carnaval que terá também os seus custos assumidos tanto pela Câmara Municipal como pela Junta de Freguesia da Asseiceira. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Voltou a mencionar a urgência da obra, já que o risco de acidente e de morte é bastante elevado. -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a Intervenção por chamar à atenção relativamente ao lapso verificado na Ordem de Trabalhos enviada aos membros da Assembleia Municipal, onde constava a data de 28 de Dezembro, situação que o obrigou a deslocar-se à Câmara Municipal para esclarecer, lamentando também o facto de não ter recebido qualquer correcção à mesma. -----

----- Elogiou o facto de se ter verificado uma melhor manutenção das vias que utiliza, notando-se a existência de uma preocupação com as mesmas e a rápida intervenção quando assim se torna necessário, expressando o seu agrado por esta política de prevenção e que não acarreta grandes custos. -----

----- Chamou no entanto à atenção para um estrago existente no pavimento numa via na transição entre duas Juntas de Freguesia e que até ao momento nenhuma delas o sinalizou. -----

----- Deu ainda conhecimento de uma situação que lhe foi relatada por algumas pessoas e que diz respeito aos transportes escolares efectuados para o Centro Escolar 1, já que os motoristas fazem inúmeras manobras para conseguir chegar a este, interrogando se não seria possível o acesso passar a ser de um sentido eliminando as escadas existentes no final da rua e passar a haver aí uma passagem que permita que as manobras se efectuem com mais facilidade e segurança. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Desculpou-se, em nome da Mesa, pelo lapso verificado na Ordem de Trabalhos e agradeceu a chamada de atenção e a compreensão. -----

----- **Deputado Albino da Piedade Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Elogiou a iniciativa da Câmara Municipal de Rio Maior com a realização do desfile de Carnaval nocturno e fez votos que seja um sucesso com a presença de muita gente que aprecia esta época e se queira divertir. -----

----- Realçou que este é já o segundo evento que a Câmara Municipal realiza, na intenção de unir os Riomaiorenses e reforçar o sentimento de bairrismo e incentivar o regresso das tradições. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Saudou a Câmara por estas ideias e também todas as associações e entidades que colaboram e participam nestas organizações neste eventos, tal como a Associação Empresarial e também os bares da cidade. -----

----- Por fim, desejou a sorte para todas as freguesias que estão a organizar o carnaval em cada uma delas, designadamente Asseiceira, Assentiz e Arroquelas. ----

----- **Deputado Mário Luís Nogueira Ramos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Congratulou-se pelo desempenho da Câmara Municipal, em especial a Vereadora Sara Fragoso e o Vereador Nuno Malta, pelo desenvolvimento das actividades culturais e das iniciativas que têm vindo a ser realizadas, e que representam agora uma forma de distração e enriquecimento de toda a população. ---

----- **Presidente de Junta de Freguesia de Fráguas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para manifestar o seu agrado pela decisão de construir um centro escolar em Fráguas, pela sua centralidade e porque a Câmara Municipal é proprietária de um prédio no local, não sendo assim necessários mais recursos financeiros para aquisição do terreno. -----

----- Reforçou assim a posição favorável já tomada aquando da aprovação da Carta Educativa. -----

----- **Presidente de Junta de Freguesia da Ribeira de São João** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se congratular e agradecer o trabalho desempenhado pelo Executivo Municipal em funções, pelo seu empenho e pela proximidade e apoio às Juntas de Freguesia através de uma reunião mensal onde se apresentam ideias e problemas e se tenta arranjar soluções, fomentando assim a governação participativa.

----- Agradeceu também à Vereadora Sara Fragoso por todo o empenho demonstrado na divulgação do trabalho da acção social, trabalho esse que se iniciou no grupo interfreguesias, composto pelas Freguesias da Ribeira de São João, de Assentiz e de Arroquelas, com a tentativa de recuperação de um toxicodependente, e também com a colaboração da equipa de RSI. -----

----- Agradeceu também ao Vereador Nuno Malta pelo seu empenho na resolução das situações que estavam pendentes há longos anos no que se refere aos terrenos onde



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

estão situados os edifício da Junta de Freguesia e do Centro Cívico, agora doados à Freguesia. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para expressar o seu entendimento daquilo que deve ser a estratégia e o planeamento, nesta época de crise, de quem democraticamente foi eleito para ocupar lugares de governação e a forma como é utilizado o poder que cada um detém.

----- Lembrou ainda que sozinhos não conseguiremos acabar com a crise, mas que é muito importante que cada um de nós faça a sua parte. -----

----- **Deputada Maria Inês Pereira Maurício** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção referindo-se em primeiro lugar à atribuição das bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior, que pelo regulamento em vigor deveriam ter sido pagas até 31 de Janeiro, mas vindo a seu conhecimento que se prevê uma alteração ao mesmo, questionou se todos os procedimentos a ser efectuados para o efeito não irão atrasar o pagamento e condicionar assim o pagamento destas àqueles que delas dependem. -----

----- Sugeriu, por isso, que não prejudicando a eventual alteração que possa vir a ser feita a este regulamento, que seja aplicado aquele que actualmente vigora, de forma a não prejudicar os estudantes que usufruem das bolsas de estudo atribuídas. -----

----- Em segundo lugar, congratulou-se pelo desenrolar do processo de Conselho Municipal da Juventude e que as reuniões deste novo órgão se iniciarão no início do próximo mês. -----

----- Congratulou-se também com o retomar das actividades da área da juventude após um interregno de aproximadamente um ano, e que são actividades sem grandes custos que agradam bastante aos jovens. -----

----- Para finalizar fez duas pequenas notas em relação à realização do concurso de carnaval. -----

----- A primeira para referir que se trata de um evento que não surgiu agora e que já se encontrava devidamente cabimentado e previsto, chamando à atenção para o cuidado que se deve ter na elaboração de normas, designadamente a referência que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

feita ao peditário, já que se trata de um acto que necessita de autorização do Governo Civil e para o qual é necessário procedimentos contabilísticos. -----

----- Na segunda nota referiu-se ao facto de existir dois cartazes distintos onde a referência aos prémios a atribuir é diferente, um referendo-se ao valor monetário e outro a máscaras. Referiu que a contabilidade exigida nos dias de hoje não permite a designação atribuída nos cartazes afixados, sob pena de ser conivente com uma ilegalidade, devendo, por isso, ser obrigação da Câmara Municipal promover a correcção imediata de forma a regularizar a situação. -----

----- **Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Prestou informações acerca do projecto Comenius que se encontra a decorrer na Escola Secundária, à semelhança do que se passa com a Escola da Marinhas do Sal e a Escola Fernando Casimiro, que se iniciou no ano de 2010 e irá terminar no ano de 2012. -----

----- Esclareceu que este tipo de projecto promove a troca de experiências entre professores e alunos de várias escolas europeias e permite o conhecimento de outras cidades e locais dentro da Europa por quem integra o intercâmbio. -----

----- Referiu ainda que receber jovens de outros países se traduziu numa experiência bastante enriquecedora para as famílias que os acolheram, para os jovens e para os professores, especialmente com a partilha de valores. -----

----- Agradeceu ainda à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia todo o apoio que deram e que no próximo posam contar com a mesma colaboração. -----

----- **Presidente de Junta de Freguesia de São João da Ribeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dar conhecimento a todos da homenagem ao Poeta Ruy Bela que se irá realizar no dia do seu aniversário na Freguesia de São João da Ribeira e em Rio Maior. -----

----- Solicitou ainda a contribuição de todos para a elevação do seu nome e para dar a conhecer a sua obra no nosso Concelho e no nosso País, convidando todos a estarem presentes nas cerimónias comemorativas. -----

----- **Presidente de Junta de Freguesia de Alcobertas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Interveio para testemunhar o bom relacionamento que a Presidente da Câmara e o seu Executivo têm vindo a manter com as freguesias, não só a nível de trabalho e de qualquer apoio que seja possível dar e em igualdade para todo o Concelho, mas também pelo diálogo permanente que existe com a realização mensal de reuniões descentralizadas pelas freguesias, onde abordam os projectos existentes e as obras a decorrer, servindo também para apresentar ideias e fomentar o debate conjunto, cimentando o espírito de grupo que considera ser da maior importância manter. -----

----- **Presidente de Junta de Freguesia da Asseiceira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Solicitou esclarecimentos porque é que ainda não tomou posse na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM. -----

----- Manifestou profunda preocupação pelo que está a acontecer no Concelho com o corte das madeiras e a actuação dos madeireiros, conforme pode ser constatado numa das visitas da Presidente da Câmara à Freguesia de Asseiceira, visitas essas que considera decisivas e importantes tal como a constituição da Equipa Multidisciplinar de Apoio às Freguesias. -----

----- Ainda referindo-se à situação criada pelo corte de madeira, informou que mais de 60% dos caminhos rurais da freguesia se encontram intransitáveis. -----

----- Deu ainda conhecimento da grave situação que se vive actualmente na freguesia devido à falta de actuação da EDP, situação esta já explanada junto do Executivo Municipal, dando conhecimento que foi já elaborado levantamento de 59 interrupções ou cortes de fornecimento de energia eléctrica até final do mês de Janeiro, algumas delas com uma duração de 12 horas e com elevados prejuízos materiais. -----

----- Informou que foi tomada a decisão de fazer um abaixo-assinado na freguesia contra os péssimos serviços que a EDP tem vindo a prestar àquela freguesia, e que contam com o apoio da Câmara Municipal para esse efeito. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Enunciou algumas notas. A primeira relativa à programação do cineteatro fazendo referência a que quando as pessoas são bem informadas, aparecem como aconteceu no último espectáculo de teatro. Neste sentido, sugeriu que fosse encomendada uma peça sobre o Poeta Ruy Belo comemorando assim o seu aniversário e fazendo com que Rio Maior passe também a ser conhecido pela cultura e não apenas pelo desporto e pela gastronomia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- A segunda nota para fazer alusão aos muppies existentes com a programação do cineteatro que são de difícil leitura pelo excesso de informação e pelo grafismo utilizado. -----

----- Referindo-se ao centro escolar previsto para Fráguas concorda com a execução deste e reforçou que a carta educativa aprovada deveria prever quatro centros escolares e não três. Solicitou, por isso, informação qual o ponto de situação do centro escolar Asseiceira – Vale de Óbidos, já que os existentes em Rio Maior estão lotados e este já se afigura como uma necessidade estratégica. -----

----- Para finalizar, chamou mais uma vez à atenção acerca da já muito falada questão do perigo rodoviário existente na EN1, e informou que foi já colocada grande parte da sinalização rodoviária prevista pelos serviços da Câmara Municipal e estão já previstas a passagens elevadas necessárias, trabalhos que constam das grandes opções do plano e orçamento da Freguesia de Asseiceira. -----

----- **Presidente de Junta de Freguesia da Vila da Marmeleira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para explanar novamente a situação dramática do abastecimento de água na Vila da Marmeleira e lamentar que o investimento necessário para a substituição desta não tenha sido previsto nas Grandes Opções do Plano e Orçamento, já que em reuniões havidas entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal neste âmbito a primeiro deixou claro que para além da transferência do valor das despesas correntes aquela Junta de Freguesia solicitava unicamente que fosse previsto o investimento na rede de abastecimento de água. -----

----- Referiu que tal não aconteceu segundo informação prestada por se tratar de uma despesa muito avultada, cerca de 300 000 a 400 000 euros, mas evidenciou que após fazer algumas contas verificou que seria um investimento que seria pago nos próximos 4 a 6 anos, já que o desperdício verificado actualmente e que se traduz numa despesa de cerca de 65 000 euros por ano pagos à Águas do Oeste, seria evitado fazendo compensar a médio prazo o investimento feito. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Referindo-se ao voto de pesar pelo falecimento de Joaquim Pereira de Deus, muito embora tenha sido subscrito pela própria em representação da bancada parlamentar da Coligação Juntos pelo Futuro, gostaria que fosse estendido a toda a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Assembleia Municipal, se a mesma assim o entender e votar favoravelmente, voto de pesar este que entende ser de votar favoravelmente por se tratar de um ilustre Riomaioense e Autarca. -----

----- Solicitou então que seja votado favoravelmente o voto de pesar e também um minuto de silêncio em respeito pelo saudoso senhor. -----

----- Manifestou ainda a satisfação da bancada da Coligação Juntos pelo Futuro pelas novas instalações da Acção Social e da Universidade Sénior. -----

----- Considerou este investimento como uma mais valia para o Concelho de Rio Maior, não só porque se investiu em património próprio, evitando a Câmara Municipal o pagamento de rendas, mas também pela sua centralidade e condições de funcionamento. -----

----- Referiu ainda que outra das vantagens será a possibilidade de disponibilizar as instalações à Conferência de S. Vicente Paulo para apoio à logística da distribuição das refeições, havendo ainda a hipótese de no próprio local serem também confeccionadas refeições por voluntários da própria conferência a serem posteriormente distribuídas pelas famílias mais carenciadas do Concelho. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Seguidamente foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados nas intervenções. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Informou a Deputada Carla Rodrigues no que respeita às comemorações do dia 8 de Março foi aprovado em reunião de Câmara a atribuição de um subsídio à APAV e que a recomendação que foi enviada ao Executivo Municipal respeitante ao microcrédito a mesma está a ser analisada pelos serviços competentes. -----

----- Referindo-se ao facto de a Deputada Maria Júlia Figueiredo ter afirmado que as conferências de imprensa estariam a ser banalizadas, esclareceu que durante o tempo de funções deste Executivo estas foram realizadas em relação a: Regulamento de águas, Recursos Humanos, divulgação do trabalho da CPCJ, auditoria e apresentação de eventos, e serviram essencialmente para esclarecer e dar a conhecer os conteúdos dos temas já referidos. -----

----- Afirmou que esta será uma prática para continuar sempre que se verifique a sua necessidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Quanto à afirmação efectuada pelo Deputado Jacinto Madeira Correia acerca do valor gasto de 20 euros por pessoa na passagem de ano, indicou que tal não correspondia à realidade e que para esclarecimento poderia ser disponibilizado o orçamento para esclarecimento. -----

----- Referindo-se à programação do cineteatro, convidou todos a estarem presentes no espectáculo que se realizará às 21 horas e 30 minutos. -----

----- Esclareceu ao Deputado Augusto Figueiredo que não tomou ainda posse na Comissão de Acompanhamento à revisão do Plano Director Municipal de Rio Maior porque não se realizou qualquer reunião plenária desta comissão, o que acontecerá apenas esta for convocada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e fez ainda um pequena historial deste processo que se encontra a decorrer. -----

----- No que se refere à questão dos madeireiros informou que neste momento foi já elaborado pelos serviços uma proposta de um código de posturas, que poderá ser enviado antes da próxima reunião com as Juntas de Freguesia para depois ser discutido, acerca da utilização de bens do domínio público, designadamente estradas, caminhos municipais e vicinais. -----

----- Por último agradeceu a todos os Presidentes de Junta de Freguesia o reconhecimento ao Executivo pelo trabalho que está a ser desenvolvido e a colaboração de todos e o contributo que dão para o que considera ser uma prioridade, que é a boa articulação entre os Presidentes de Junta de Freguesia e o Executivo Camarário. -----

----- **Vereadora Sara Maria Carapito Silva Fragoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que em relação aos cartazes de divulgação da programação do cineteatro, e sem prejuízo de se tentar sempre melhorar, pretendia-se com este formato dar a conhecer toda a programação, e se em alguns aspectos se torna mais difícil a leitura é também verdade que chamam à atenção quando nos aproximamos, fazendo assim a sua função. -----

----- Referindo-se às bolsas de estudo esclareceu que havendo informação de que a sua atribuição era muitas vezes pouco justa, isto pelo facto do regulamento ser demasiado permissivo, chegou-se à conclusão que este deveria ser revisto e alterado permitindo uma melhor gestão de recursos e uma maior justiça na sua atribuição. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Vereador Nuno Leal Santos da Veiga Malta** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- No que se refere ao agradecimento feito pela Presidente de Junta de Freguesia da Ribeira de São João em relação à doação dos terrenos agradeceu a atenção informou que em grande parte o mérito terá que ser dado à Presidente da Câmara Municipal que tudo fez para que tal acontecesse, tal como no caso da doação efectuada à Junta de Freguesia de São Sebastião. -----

----- Esclareceu que a realização do desfile de carnaval foi uma parceria entre a Câmara Municipal, a Associação Empresarial e os bares da cidade. -----

----- Admitiu ainda que por ser o ano zero deste evento foram verificados alguns erros que não houve tempo de rectificar em tempo útil e que em relação às questões levantadas irá ser averiguado junto dos serviços o que realmente se passa, reforçando que não é apanágio da Câmara Municipal cometer ilegalidades e que tudo será feito para que sejam atendidas as criticas construtivas que são dirigidas melhorando sempre o serviço prestado a todos os riomaiorenses. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Indicou que os esclarecimentos referentes à situação da EN 1 no troço da Asseiceira foram já efectuados pelo próprio Presidente da Junta na sua intervenção e que está é uma situação que se arrasta já há longos anos como é do conhecimento de todos. -----

----- No que refere à situação da manutenção de vias esclareceu que tem sido prática habitual, mesmo com os poucos meios humanos da Câmara Municipal, tentar atender às solicitações e reclamações que chegam ao conhecimento dos serviços. -----

----- Acerca do abastecimento de água na Vila da Marmeleira referiu que efectivamente existem muitas perdas, umas das condutas, outras devido a algumas habilidades que são efectuadas que levam ao consumo sem contagem e sem pagamento do mesmo, ou seja, ligações clandestinas, que infelizmente acontecem um pouco por todo o Concelho. -----

----- A concluir informou que a Águas do Oeste prevê que em final de Abril de 2011, em colaboração com a Águas de Portugal, seja constituída uma empresa intermunicipal que irá abranger doze municípios da zona oeste e que a água em baixa e o saneamento possivelmente irão passar para a gestão dessa mesma empresa, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

que permitirá a existência de capacidade de investimento e de colmatar situações como aquela aqui descrita. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Permitiu um interregno para a discussão das propostas, tal como foi previamente acordado. -----

----- Efectuada a chamada (anexo 1) foram retomados os trabalhos, e o Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a proposta e o voto de pesar apresentados. --

----- Colocada a votação a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda quanto ao Orçamento Participativo, foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 29 votos a favor, 2 contra e 3 abstenções. -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Assembleia Municipal** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Sou filosoficamente contra os orçamentos participativos porque entendo que eles são motivo de desresponsabilização por parte daqueles que depois têm que os executar e portanto não entendo que haja qualquer democraticidade no orçamento participativo. Esta é uma questão de princípio e de filosofia minha.” -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A declaração de voto vai no sentido que apesar e entender tal como o senhor Presidente desta Assembleia já referiu que em última análise será sempre a Câmara a responsável quer pelo orçamento a apresentar a esta Assembleia para aprovar quer pela sua própria execução, entendemos, no entanto, votar favoravelmente atendendo a que esta comissão servirá para uma discussão salutar de eventuais propostas para o orçamento da Câmara Municipal, não sendo contudo a proposta desta comissão vinculativa para a Câmara Municipal de Rio Maior, Assim, não sendo vinculativa tem sempre a Câmara Municipal liberdade de aceitar ou não aceitar e sendo sempre por último a responsável que na realização quer na execução do orçamento. De lembrar ainda que a Câmara Municipal neste momento e ao ano que estamos, quer do actual quer do anterior também, já a Câmara Municipal fez, ou seja, já chamou os líderes das várias bancadas com acento nesta Assembleia para se pronunciarem ou opinarem sobre o orçamento. Desta forma entendemos que de alguma forma já a Câmara Municipal está, não a executar propriamente o orçamento rectificativo, mas já está no caminho para esta via, e por isso é que votei favoravelmente. “-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Declaração de Voto da Deputada Maria Inês Pereira Maurício** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ No seguimento do que lá fora discutimos a realidade é que isto é uma proposta que abre um espaço à discussão. Certamente que haverá opiniões depois que se terão em local próprio essa discussão mais aprofundada e que permita, há vários modelos de implementação deste orçamento participativo que não vinculam a actividade municipal e não deslocam o rumo que o próprio Executivo diz, e por isso mesmo esta comissão é um passo para fazer esta discussão de forma mais aprofundada sem criar desde já qualquer vínculo à actividade municipal.” -----

----- Colocado a votação o Voto de Pesar pelo falecimento de Joaquim Pereira de Deus fazendo-se minuto de silêncio, foi **aprovado por unanimidade** dos presentes. –

----- (Fez-se, nesta altura, um minuto de silêncio em memória do Senhor Joaquim Pereira de Deus). -----

----- O Presidente da Assembleia propôs ainda que deste voto fosse dado conhecimento à família o que obteve concordância de todos deputados presentes. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Relatório Anual da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Rio Maior** -----

----- **Actividade Municipal** (anexo 4) -----

----- **Carta dos Equipamentos Sociais** -----

----- **Auditoria Externa – Desmor, EEM** -----

----- **Auditoria Financeira – Município de Rio Maior** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- Informou ainda que estão presentes nesta sessão os técnicos da BDO que elaboraram os relatórios das auditorias e que estarão disponíveis para os esclarecimentos considerados necessários. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Relativamente ao relatório da CPCJ considerou que é desenvolvido um trabalho notável e solicitou que ficasse em acta a profunda gratidão que nutre pelo trabalho desta equipa, não só na Freguesia de Asseiceira onde têm dado um ajuda imensa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

mas também devido a um problema pessoal vivido no ano passado que ajudaram muito a resolver. -----

----- No que respeita à actividade municipal solicitou esclarecimentos acerca das reuniões havidas com a empresa responsável pelo Golden Eagle e com os Senhores João da Bernarda, Joaquim Mendes e João Verde da Costa sobre a Cimenteira e também acerca da conferência de imprensa sobre a Colónia Balnear da Nazaré e a entrega do projecto da Câmara. -----

----- Quanto à Carta dos Equipamentos Sociais solicitou que lhe fosse esclarecido porque é que na versão final não consta a creche para a Freguesia de Asseiceira. -----

----- Referindo-se às auditorias apresentadas, em primeiro lugar a da Desmor, EEM, é convicção da CDU que muito brevemente terá que ser encetada uma discussão profunda acerca da Desmor e do desporto em Rio Maior, já que se considera que o Concelho de Rio Maior não tem que suportar os custos elevados destes equipamentos desportivos fazendo serviço público, quando há outros equipamentos que são suportados directamente do orçamento geral do Estado. -----

----- Referiu ainda que as auditorias em nada o surpreenderam. -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Interveio para salientar algumas dos eventos descritos na actividade municipal, que considerou de grande interesse e importância. -----

----- Relativamente à Carta de Equipamentos Sociais alertou para o interesse do documento no âmbito de estudo dos movimentos sociais e demográficos, embora alguns dados possam estar já algo desactualizados porque pertencem aos censos de 2001. Retirou algumas conclusões do documento que partilhou designadamente no que se refere à evolução da população no Concelho de Rio Maior. -----

----- Referiu ainda que não sendo especialista em economia lhe pareceu que gestão feita na Desmor, EEM não foi a mais correcta. -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Reconheceu o trabalho exaustivo e profundo feito pela CPCJ e que o relatório apresentado é material suficiente para que se possa fazer um balanço para o futuro. --

----- Relativamente à actividade municipal solicitou esclarecimentos acerca da reunião havida com a empresa Obra Europa a quem foi adjudicada a obra do Polivalente com Funções Cívicas, Lúdicas e Sociais e se esta era a nova designação para a Loja do Cidadão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- No que se refere à Carta dos Equipamentos Sociais indicou que esta refere aqueles que vão fazendo face às necessidades e seja necessário uma maior distribuição espacial e uma melhoria da oferta. -----

----- Considerou as auditorias efectuadas como medidas cautelares certamente para o novo Executivo Municipal e evidenciou as conclusões apontadas entre o antes e o depois da actual gestão da Desmor EEM. -----

----- Da auditoria financeira ao Município verificou, com pena, a falta de investimento em Rio Maior, a conformação com o que já existe e questionou se a venda de património viria resolver qualquer problema ou colmatar qualquer dívida existente. -----

----- **Deputada Maria Júlia Marques Franco Mira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para fazer referência aos Workshops que considera extremamente úteis, no entanto reparou no último workshop, onde não teve oportunidade de intervir, que Rio Maior existe até ao limite da Quinta do Sanguinhal, e que daí para baixo qualquer referência sobre o turismo ou eventualidades de investimento não foi feita nenhuma referência, deixando as freguesias a sul fora dessa apresentação, salientado que gostaria que de futuro fosse abrangido todo concelho. -----

----- Referindo-se à auditoria financeira ao Município solicitou esclarecimentos técnicos acerca de três questões: qual é a verdadeira dimensão da dívida apurada na Câmara de Rio Maior; foi ou não possível apurar a totalidade de todos os compromissos futuros assumidos pela Câmara que não constam nas contas do Município e por último, quais são as limitações relativamente ao passivo encontrado em relação aos compromissos assumidos pela Câmara e qual a potencialidade dos futuros investimentos. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Referiu-se essencialmente a dois pontos essenciais: a auditoria à Desmor, EEM e o relatório da CPCJ. -----

----- Fez uma pequena abordagem aos dados constantes do relatório, realçando o trabalho excepcional desta comissão, seja a restrita seja a alargada, e esclareceu que o trabalho da mesma tem que ser desmistificado, já que grande parte da população do concelho tem a ideia de que a comissão serve para tirar as crianças às famílias. Afirmou que este entendimento não corresponde exactamente à verdade e que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

quando assim acontece são situações de limite, puramente excepcionais e quando outros meios já não resultam para a solução e para a defesa das crianças. -----

----- Considerou ser importante fazer esta ressalva ao trabalho da comissão, até porque muitas vezes as famílias são contactadas pela CPCJ se escusam até a responder e evitam até falar com os técnicos com medo que lhes seja retirada a criança, o que não é de todo aquilo que se passa sendo até o trabalho de campo efectuado bastante salutar nas mais diversas ajudas que ao meio familiar quer à própria criança, ressaltando o trabalho educativo desta comissão nas famílias. -----

----- Quanto ao relatório de auditoria à Desmor, EEM, verificou que foram apontadas algumas irregularidades no que respeita aos procedimentos de contratação pública para aquisição de bens e serviços, aos subsídios atribuídos pela Câmara Municipal, às competências delegadas no órgão de gestão da Desmor e ainda no que respeita à gestão do património e à sua alienação. -----

----- Solicitou esclarecimentos se as irregularidades apontadas ao longo do documento trazem consequências, quais as consequências quer para a actual Desmor quer para a actual Câmara Municipal e se por outro lado podem ou não, se devem ou não, ser imputadas responsabilidades e se for esse o caso a quem devem ser imputadas. -----

----- Interrogou ainda se há alguma responsabilidade civil ou eventualmente criminal pelos responsáveis pelo período de gestão em análise. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que a reunião havida acerca do Golden Eagle se prendeu com a tentativa da Câmara Municipal perceber como poderia colaborar para o desbloqueio da situação e as obras pudessem reiniciar. -----

----- Também esclareceu que em relação à reunião sob o tema da cimenteira esta se realizou para que os munícipes pudessem expressar a sua posição, representando um grupo de cidadãos, em relação à instalação da mesma no local proposto. -----

----- Informou que a situação da colónia balnear da Nazaré teve agora um desenrolar feliz, tem agora um projecto de remodelação a candidatar aos fundos comunitários através da CIMOESTE, embora exista a verba necessária para a requalificação a efectuar. -----

----- Disse ainda que foi já apresentado ao Presidente da Câmara Municipal da Nazaré, que se disponibilizou de imediato para agilizar os procedimentos necessários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

dentro do legalmente possível, com o objectivo de no verão de 2012 esta poder entrar em funcionamento. -----

----- Referindo-se à questão da Carta dos Equipamentos Sócios e ao facto da creche da Asseiceira não se encontrar prevista, indicou que irá tentar apurar junto dos serviços se houve alguma razão para esta ser retirada, e havendo a possibilidade de haver uma candidatura o que poderá ser feito para que esta volte a constar da mesma, já que não se trata de um documento limitativo mas para servir o Concelho. -----

----- Esclareceu ainda que a reunião com a empresa Obra Europa, a quem foi adjudicada a obra do Espaço Polivalente com Funções Cívicas, Lúdicas e Sociais, onde é intenção do Executivo Municipal instalar a Loja do Cidadão, resumiu-se a uma reunião de trabalho para conhecimento directo da mesma. -----

----- De seguida pediu que fosse dada a palavra aos técnicos da BDO para os esclarecimentos solicitados acerca dos relatórios das auditorias apresentados, que foi concedida pelo Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **BDO** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por esclarecer que o valor da dívida é de 26.1 milhões de Euros, sendo este o valor de passivos a liquidar que haviam a 31 de Dezembro de 2009. -----

----- Em relação aos compromissos futuros estes são no valor de 9 270 milhões, repartidos por contratos assinados até 31 de Dezembro de 2009 (2.7 milhões) e em concursos de 2010 (6.6 milhões). -----

----- No que se refere às limitações esclareceu que a explicação possível é meramente técnica e inserida no contexto do trabalho efectuado, sendo que olhando para as despesas da Câmara 55% são relativamente a transferências do Estado, ou seja, são verbas em que existe algum nível de incerteza, 20 % tem a ver com IMT, IMI e de derrama, verbas com um impacto significativo nos últimos tempos e 15% são receitas relativas a águas e resíduos, verbas estas que são relativamente estáveis. Continuou afirmando que ao nível da receita existe algum constrangimento em impulsionar estas receitas. -----

----- Explicou ainda que do lado dos custos 40% tem a ver com despesas de pessoal, 40% com o custo de fornecimentos e serviços externos e 15% com transferências para outros organismos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Salientou que estudo efectuado se conclui que para se conseguir fazer os investimentos que estão listados e que foram identificados para os próximos anos, não há capacidade financeira para o fazer, tendo em conta os limites de endividamento. Referiu ainda que serão possíveis de fazer se houver venda de património, no sentido e que este será substituído por novo património gerado pelo investimento. -----

----- Esclareceu que o trabalho efectuado não inclui a fundamentação das seguintes questões, limitando-se a verificar o cumprimento ou incumprimento da lei, sendo os esclarecimentos efectuados numa vertente de economistas e não de juristas, não podendo, desta forma acrescentar nada que responda às restantes questões levantadas. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Designação de representante para Conselho Local de Acção Social de Rio Maior.** -----

----- O Presidente da Assembleia antes de colocar este assunto à discussão e votação, informou que entende que a Assembleia Municipal não tem o poder para designar um representante no Conselho Local de Acção Social de Rio Maior. -----

-----Esclareceu que no seu entendimento a Assembleia Municipal não se revê em nenhuma das entidades mencionadas no n.º 3 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho. -----

----- Sugeriu então que o ponto I não seja discutido, seja retirado da ordem de trabalhos e que em sede de Comissão Permanente, que irá reunir, esta discuta o problema, responda ao Conselho e se assim for entendido nomear um representante da Assembleia para poder participar nas reuniões, mas sem que do ponto de vista legal essa pessoa tenha assento neste Conselho. -----

----- Colocou à consideração dos Deputados Municipais retirar-se o ponto, e havendo acordo de todos foi o mesmo **retirado o Ponto I da ordem de trabalhos.** -----

----- Agradeceu ainda ao Conselho Local de Acção Social o convite e informou que será posteriormente elaborada resposta pela Comissão Permanente conforme achar adequado. -----

----- Retirado o Ponto I, todos os pontos são agora renumerados. -----

----- **Ponto I – Doação de Terreno – Freguesia de São Sebastião.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Agradeceu a todo o Executivo Municipal em nome da Freguesia de São Sebastião por ter sido aprovado pedido em apreço e por unanimidade. -----

----- Referiu que a situação com que se deparou foi que a Junta não tinha sede oficial já que o terreno adquirido pela Comissão Instaladora em 15 de Novembro de 1985 nunca foi regularizado, só sendo possível agora com a doação do prédio contíguo pela Câmara Municipal à Junta de Freguesia. -----

----- Informou ainda que esta regularização vai permitir a candidatura ao programa PRODER para a execução de um rampa para pessoas com mobilidade reduzida no edifício da junta de freguesia. -----

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Afirmou que embora não exista qualquer oposição à doação do prédio à Junta de Freguesia solicitou esclarecimentos acerca da documentação, em sua opinião pouco clara, já que não se percebe se aquilo que se pretende regularizar é a sede da Junta de Freguesia ou o campo de futebol, ou mesmo as duas coisas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Com a permissão do Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Vereador Nuno Malta para esclarecimentos. -----

----- **Vereador Nuno Leal Santos da Veiga Malta** -----

----- Esclareceu que o pretendido é regularizar todo o espaço relativo à Junta de Freguesia. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada unanimidade** dos presentes. -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Votei a favor deste ponto, acho que era altura, e está a ser, de a Câmara Municipal de Rio Maior fazer isto em todas as Freguesias, porque o que estamos a sentir é, ainda ontem tivemos essa oportunidade na visita feita com o Executivo Camarário, desde fontes em nome de privados, desde poços públicos em nome de privados, desde jardins de infância em nome de privados, desde Juntas de Freguesia e mercados diários em nome de privados, tudo acontece no património deste município, e não há nada mais triste do que o município nem ser titular ou dono daquilo que é seu.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Ponto II – Proposta de Regulamento do Provedor do Município de Rio Maior**

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Iniciou por referir que o Projecto Cidadania defendia no seu programa eleitoral a criação de uma provedoria do município e a criação de um gabinete de provedoria municipal que sirva para aproximar os cidadãos dos vários órgãos e serviços autárquicos, devendo este órgão ser independente e eleito pela Assembleia Municipal.

----- Afirmou que mediante a proposta apresentada é notória a divergência quanto à noção do que seja um provedor do município, salientando que a função deste deve ser assegurar os direitos dos cidadãos face à Câmara Municipal e que a criação da figura do provedor deve partir de uma proposta consensual da Assembleia Municipal, órgão plural por natureza, e não da Presidente da Câmara que é parte interessada na definição da acção do provedor. -----

----- Para finalizar, propôs algumas alterações ao conteúdo regulamento. -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** (Intervenção que se que se transcreve na íntegra a pedido da mesma em declaração voto): -----

----- “ Congratulo-me que esta minha recomendação tivesse subido ao Executivo, a apreciasse e dali emanasse uma resolução sob a forma de proposta. E é sobre essa proposta que nós vamos hoje atentar. -----

----- Dizia eu, sugeria “que a recomendação que se segue e que a mesma seja votada e eleger, de entre propostas apresentadas pelos grupos parlamentares e outros representantes nesta Assembleia, o Provedor do Município, cuja existência contribuirá para a melhoria dos serviços municipais, para o reforço do poder local junto dos cidadãos e para a salvaguarda dos interesses das populações, pelo exercício de uma função que se quer ética, cívica e solidária”. -----

----- Em relação aos documentos recebidos e emanados da Câmara Municipal tenho a dizer que registo com agrado a sintonia de intenções, entre Executivo e nós próprios no que respeita à criação da figura de provedor do município, conforme nossa proposta de recomendação de 28 de Dezembro do ano transacto de 2010 e que eu acabei de ler. A sintonia está no desejo de promover os direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos dos cidadãos, assegurando através de meios informais, a justiça e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

a legalidade do exercício dos poderes públicos, pelo apoio no tratamento das questões apresentadas. -----

----- Também porque a actividade do provedor não prejudica nem interfere no funcionamento dos serviços, antes se rege pelo princípio da colaboração e consensualidade, também porque a sua inexistência como órgão de recurso é susceptível de favorecer comportamentos parciais, arbitrários, faz concluir que a sua designação resulte de uma eleição sob propostas de um órgão representativo como a Assembleia Municipal; o contrário, ou seja, designado pela Câmara Municipal conforme referido neste documento recebido, não se garante a imparcialidade com que essas queixas, reclamações são atendidas, encaminhadas ou analisadas, sai tudo do mesmo saco, diria. Há que ter confiança e acreditar que há pessoas de princípios e credíveis na nossa sociedade e para bem de qualquer Executivo e por uma melhor participação dos cidadãos na vida pública. -----

----- Sendo assim, eu proporia a alteração do artigo 2, que diz e passo a citar, que é o artigo sobre a designação, ponto 4: “ (...) o provedor do município é eleito na Assembleia Municipal por propostas apresentadas pelos seus membros, devendo ter a aprovação de (e conforme diz a legislação e vários regimentos ou regulamentos de provedoria existentes nas nossas Câmaras do País e algumas delas bem perto de nós) pelo menos dois terços dos votos expressos. (...)” -----

----- Proporia igualmente a alteração do artigo 8º que se refere às competências, ponto 3, no qual se acrescenta, eu acrescentaria ao mesmo ponto 3: “ (...) que levará ao conhecimento da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal sempre que considere relevante, anotando (e estou a referir-me ao relatório) as iniciativas tomadas, as reclamações recebidas, as diligências efectuadas e os resultados obtidos. (...)” -----

----- Posto isto, Senhor Presidente, eu acho que já é suficiente. Tive todo o gosto em apresentar esta minha recomendação, em ler a proposta, mas logicamente não acho que esteja correcto vir de um lado quando aqui é que reside a representatividade.” -----

----- **Deputada Maria Inês Pereira Maurício** -----

----- Evidenciou a importância desta figura na relação entre a autarquia e os municípios. -----

----- Solicitou esclarecimento acerca do facto de se estar agora a discutir a proposta de regulamento e haver já informação pública de que o mesmo foi já nomeado em reunião de Câmara Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Considera que se assim foi não se poderá estar a debater propostas de uma designação que já foi feita mas cujo regulamento não foi ainda aprovado pela Assembleia Municipal. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Evidenciou a sua perplexidade em relação a este assunto e solicitou que fosse esclarecido o seguinte: se este regulamento do provedor vai cumprir a sua tramitação normal com discussão pública ou se é interno e se já há provedor qual é a finalidade da discussão do assunto neste órgão. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Referiu que é necessário não esquecer que independentemente de ter sido já aprovado em reunião de Câmara Municipal um nome para a função, segundo o regulamento em apreço o mesmo virá ainda à aprovação da Assembleia Municipal que se acaso discordar da dita nomeação poderá pronunciar-se nessa altura. -----

----- Salientou que esta não é uma figura nova no nosso Concelho, tendo sido instituída com o anterior Executivo, muito bem desempenhada, na altura, pelo Senhor Arlino Santos, nomeado pela Câmara Municipal e segundo informação que possui o assunto não foi sequer presente à Assembleia Municipal. -----

----- Afirmou ainda que a grande diferença é que presentemente vai existir um regulamento para balizar a actuação do provedor, limitando a sua actuação quer em relação à Câmara quer em relação ao munícipe, define quais as suas competências e regula a sua função. -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** (Intervenção que se que se transcreve na íntegra a pedido da mesma em declaração voto): -----

----- “ É que há coisas que são de extrema notoriedade para a sociedade que nos rege. E nós, com maior ou menor brio fazemos o que podemos. O certo é que todos aqueles que aqui estão foram submetidos a votos, submeteram-se! E cumprindo ou não o nosso papel o certo é que passamos pela peneira, passamos pelo crivo e obtivemos o resultado que cada um obteve, assim como eu. E sinto-me muito honrada por isso. Agora, se estamos numa sociedade dita democrática em que o voto é a chamada arma, então usemo-la como forma de a entidade que nos ouve e que possa escutar o simples cidadão também o seja. Agora, ser designado, cair do céu, ser proposto e desta forma, eu não posso estabelecer paralelo, comparação com o procedimento anterior. Então continuamos todos a fazer o que antes se fazia, não era necessário haver uma BDO para fazer uma auditoria à Desmor, nem uma BDO para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

fazer uma auditoria à Câmara Municipal, à suas finanças. Senhor Presidente, queira desculpar, Senhora Presidente, também, mas eu sou uma pessoa dita, transparente naquilo que digo, porque não escondo nem os meus sentimentos nem o meu exercício de vida.” -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Prestou os esclarecimentos necessários através da leitura da proposta que foi aprovada em reunião de Câmara, que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Considerando que: -----

----- 1. Não existe actualmente no Município de Rio Maior Provedor de Município nomeado; -----

----- 2. Foi aprovado na última reunião de Câmara o Regulamento do Município de Rio Maior que irá ser submetido à aprovação da próxima Assembleia Municipal; -----

----- 3. Nada impede que exista esta indicação desde já, uma vez que a mesma ainda carece de validação da Assembleia Municipal, o que ocorrerá em ponto discutido posteriormente ao regulamento.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Esclareceu que, partindo do princípio que o regulamento seria aprovado, se não está a ser votado a pessoa do Provedor do Município a responsabilidade é sua, porque entendeu que tal não poderia ser votado, já que o regulamento tal como está diz que apenas entrará em vigor após publicação, não podendo, por isso ser apreciada a eleição. -----

----- Referiu ainda que o seu entendimento em relação a este assunto é claro, trata-se de uma proposta da Câmara Municipal submetida à Assembleia Municipal, e assim sendo as propostas de alteração agora apresentadas pelas Deputadas Municipais, só poderão fazer sentido se a proposta for rejeitada, tendo esta que ser votada. Se esta for aprovada as propostas de alteração ficam automaticamente sem efeito. Indicou ainda que a única alternativa a isto seria a Câmara Municipal retirar, por sua iniciativa, o ponto, o que não se depreende que vá acontecer. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 23 votos a favor, 9 votos contra e 1 abstenção. -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Maria Inês Pereira Maurício** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Não obstante a pertinência do regulamento, que muito aplaudimos, aliás ele foi aprovado em reunião de Câmara por unanimidade, não podemos deixar de lamentar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

forma como o processo foi conduzido. Eu julgo que a nomeação do provedor do município 15 dias posterior a esta Assembleia não prejudicaria certamente o seu trabalho, uma vez que até vamos aguardar que ele venha a nomeação e, por isso, julgamos que este foi um acto que reduz a democraticidade da discussão de um documento e, por isso, o nosso voto contra.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Nós votamos contra porque não é esta a nossa concepção de Provedor do Município. Tem toda a legitimidade a Câmara de o apresentar, fê-lo. Nós entendemos que a figura do provedor deve ser proposta pela Câmara e ratificada três nomes no mínimo pelo consenso deste fórum e não assim, por isso votamos contra.” -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Que sejam passadas textualmente e na íntegra as suas intervenções, sem outra redacção.” -----

----- **Ponto III – Declaração de Interesse Público Municipal – João Lindo Filipe, Lda.** -----

----- A Presidente da Câmara passou a palavra ao Vice-Presidente que apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Inteveio para chamar à atenção que mais uma vez esta Assembleia se prepara para aprovar uma alteração casuística de forma a ultrapassar os constrangimentos causados pela Reserva Ecológica Nacional. -----

----- Considerou que existe uma desvalorização do planeamento e de visão de conjunto, favorecendo interesses privados e que esta declaração destina-se apenas a “driblar” a REN e a Rede Natura e abrindo um precedente. -----

----- Questionou se cada empresa que quiser fazer o mesmo o pode fazer e o que distingue esta empresa de outras que queiram seguir os mesmos fins. Interrogou também se basta propor a criação de 8 empregos para que uma empresa seja declarada de interesse público municipal. -----

----- **Deputada Maria Júlia Marques Franco Mira** -----

----- Saliou a máxima utilidade em permitir que se venha a avaliar a idoneidade e a continuidade desta pedreira, lembrando que apesar de ser dado o interesse público



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

municipal, este processo tem sempre que ser sujeito a avaliação de impacte ambiental, reforçando que a atribuição do interesse público da pedreira não será de ânimo leve. -----

----- Referiu que em relação a todos os procedimentos efectuados sugeriu que no futuro se acautele um pouco mais a atribuição deste tipo de designação, tendo em atenção o procedimento legal que é necessário e o paralelismo que tem com a avaliação de impacte ambiental, já que por norma as DIA pedem, quando a decisão é favorável, certos requisitos que devem ser levados em conta na atribuição das declarações de interesse público municipal. -----

----- **Vice – Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Respondendo à intervenção da Deputada Carla Maria Pires Rodrigues, expressou a sua surpresa pela posição de menosprezar a criação de 8 postos de trabalho, afirmando que poderia esperá-la de outras bancadas parlamentares mas nunca da parte do Bloco de Esquerda. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 30 votos a favor, 1 voto contra e 3 abstenções. -----

----- **Ponto IV – Central Termoelétrica a Biomassa Florestal – Aprovação de minuta do contrato de promessa de compra e venda e da garantia bancária.** -----

----- O Presidente da Assembleia antes de colocar este assunto à discussão e votação, informou que da análise da documentação se apercebeu de que a minuta de garantia bancária, na sua perspectiva pessoal e técnica, não defende devidamente os interesses da Câmara Municipal, porque em bom rigor será uma garantia de nada, porque ainda que não haja incumprimento por parte da Câmara Municipal, bastará que a empresa, que se presume que seja a mais idónea possível e não é isso que está em causa, se dirija ao banco ou à câmara a afirmar que o contrato não foi cumprido e a garantia bancária que se presume existir, de facto já não existe. -----

----- Sugeriu então que, dado que se trata de um processo que foi aprovado na Câmara Municipal por unanimidade e que se arrasta há já vários anos, caso após a discussão seja aprovado por esta Assembleia, o seja com a recomendação de que seja alterada a redacção da minuta da garantia bancária, em particular a eliminação do seu n.º 4, de forma a que efectivamente passe a ser uma garantia bancária à primeira interpolação e os interesses do município fiquem devidamente salvaguardados. -----

----- Referiu ainda que esta sugestão de alteração foi já discutida com o Executivo Municipal que não pôs qualquer obstáculo à alteração proposta. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- A Presidente da Câmara passou a palavra ao Vice-Presidente que apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Interveio para solicitar esclarecimentos acerca do assunto em discussão, relativamente à obrigatoriedade de notário público ou não e também acerca das alterações das deliberações e dos montantes das prestações. -----

----- **Deputado António Luís de Sousa Costa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Relativamente a este ponto expressou a sua concordância com a posição do Presidente da Assembleia e afirmou que se não for efectivamente alterado ou retirado o ponto 4 o seu sentido de voto não poderá ser favorável, já que com o documento proposto não estaremos a salvaguardar os interesses da autarquia. -----

----- **Deputada Maria Inês Pereira Maurício** -----

----- Salientou a importância e a pertinência deste projecto para o Concelho, mas referiu que não poderão ser postos em causa os interesses os Câmara Municipal. -----

----- Solicitou ainda que lhe fosse esclarecido se as alterações propostas e aprovadas em reunião de Câmara, podem ou não ter implicação na forma como o concurso público foi feito e trazerem futuros problemas para o Município por parte das empresas que na altura foram a concurso, através de recurso. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que todas as reuniões havidas para definição das condições houve sempre o cuidado de salvaguardar os interesses do Município, no entanto e no que se refere concretamente a questões jurídicas estas foram avaliadas pelos serviços e acordadas nas ditas reuniões. -----

----- Expressou novamente a disponibilidade da Câmara Municipal para efectuar as alterações à minuta da garantia bancária agora propostas pelo Presidente da Assembleia Municipal e estabelecer o contacto com a empresa para o efeito. -----

----- Reforçou ainda a ideia de que perante tanta falta de investimento a nível nacional e também no nosso concelho, deve ser agilizado este processo para que a empresa possa começar a laborar durante o ano de 2012, já que irá criar bastantes postos de trabalho e simultaneamente fomentar a limpeza das florestas, diminuindo assim o risco de incêndio. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Esclareceu ainda a Deputada Maria Inês Pereira Maurício que as alterações ao contrato que estão agora para aprovação não terão qualquer influência no concurso público efectuado. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Sugeriu assim, e na sequência das intervenções, que o ponto passe a ter a seguinte redacção: **Ponto IV – Central Termoeléctrica a Biomassa Florestal – Aprovação de minuta do contrato de promessa de compra e venda e da garantia bancária com a recomendação à Câmara de que seja alterada a redacção da minuta da garantia bancária em particular a eliminação do seu n.º 4**“. -----

----- Esclareceu ainda à dúvida apresentada pelo Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo, no que respeita ao cartório de notariado e à forma do contrato-promessa e referiu não haver qualquer correcção jurídica. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Fez um ponto de ordem à Mesa, chamando atenção para a eventual recusa pela empresa em retirar o ponto 4 da minuta de garantia bancária e o qual será o procedimento nesse caso. -----

----- **Vice – Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que se tal acontecer as negociações voltarão ao início, assim como os procedimentos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 32 votos a favor e 2 abstenções. -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Luís de Sousa Costa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Como referi na minha intervenção iria votar favoravelmente este ponto porque considero de fundamental importância para o Município e depois surgiu-me a pequena dúvida se era com recomendação se era a alteração já significativa do contrato. Então, deduzi, concluí que foi com recomendação e votei favoravelmente após o esclarecimento do Vice-Presidente de que se a empresa não aceitar retirar o ponto 4, cá nos voltaremos a encontrar. Confio na palavra do Executivo.” -----

----- **Ponto VI – 1ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2011.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Interveio para referir que da leitura do parecer do Tribunal de Contas se conclui que foram cometidos vários erros no processo e a alteração que agora se propõe remedeia um deles. -----

----- Solicitou esclarecimentos do que irá ser feito em relação aos restantes erros detectados. -----

----- Para finalizar, dirigindo-se ao Vice-Presidente, disse que apreciou o seu humor, mas que teria sido mais útil a esta Assembleia a resposta às perguntas que foram feitas. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Interveio para referir que esta revisão consiste apenas em escrever de forma expressa, e como recomendado pelo Tribunal de contas, nas actividades mais relevantes o projecto Prestação de Serviços para Recolha dos Resíduos sólidos Urbanos no Concelho de Rio Maior. -----

----- Referiu ainda que são apenas alterações recomendadas até porque os encargos com esta prestação de serviços já foram autorizados por esta Assembleia, encontrando-se também inscritos no orçamento. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que as restantes questões apontadas foram já sanadas e que efectivamente não se tratam de erros mas de acertos recomendados pelo Tribunal de Contas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 29 votos a favor e 1 abstenções. -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do actual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhor Nuno Ferreira Lucas, Fonte da Bica, Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos a toda a Assembleia Municipal e aos presentes. -----

----- Informou que tinha sido solicitada a entrega de uma carta à Mesa da Assembleia sobre o assunto, desconhecendo se esta foi entregue ou não. -----

----- Explicou que o assunto do âmbito privado, mas que eventualmente será presente a esta Assembleia Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Esclareceu que se trata de uma possível expropriação de uma parcela de terreno na sua propriedade e que é sua intenção elucidar a Assembleia acerca da questão, já que gostaria que não fosse tratada de uma forma simples e sem que as pessoas tivessem conhecimento do caso, considerando as ditas parcelas estavam a ser objecto de negociação particular, entre o próprio e a Fozmassimo (uma das proprietárias do Modelo). -----

----- Referiu apenas que queria dar conhecimento da situação e que se eventualmente o assunto for presente a esta Assembleia, estará disponível para as explicações que entenderem por necessárias, já que, na sua opinião, a intervenção da Câmara está a ser injusta e que não é legítima. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Informou que a carta foi recebida e dado conhecimento na correspondência ao Deputados Municipais da sua recepção e que a Mesa não pode, conforme também solicitou, é proceder à distribuição da mesma por todos os deputados. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

----- Quando eram dezoito horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial, para efeitos imediatos e a presente acta que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO:** _____